

# Luta dos servidores contra a reforma administrativa

DESAFIOS DOS SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E  
PENSIONISTAS E PARA SOCIEDADE BRASILEIRA

– ***ELEMENTOS PARA O DEBATE*** –

*Novembro de 2023*

**Contexto geral (governo anterior)**



# PROJETO DE REDUÇÃO E MUDANÇA DO PAPEL DO ESTADO, COM FOCO NOS CUSTOS E RESPONSABILIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

“Reforma”  
Tributária

**Emenda 109/2021**  
Antiga PEC 186 (Emergencial)

“Reforma”  
Administrativa (PEC 32/2020)

**LC 173**  
Institui regras para o controle dos gastos nos estados em troca de recursos para o combate à pandemia

Programa de privatizações  
Petróleo  
Energia Elétrica  
Infraestrutura

**Emenda do Teto**  
Novo Regime fiscal que limita os gastos públicos com políticas sociais (EC 95/2016)

**Mudança estrutural na base econômica e tecnológica**

**Desmonte do papel do Estado**

**Mercantilização de direitos sociais**

“Reforma” da Previdência  
Altera as regras da previdência pública (EC 103/2019)

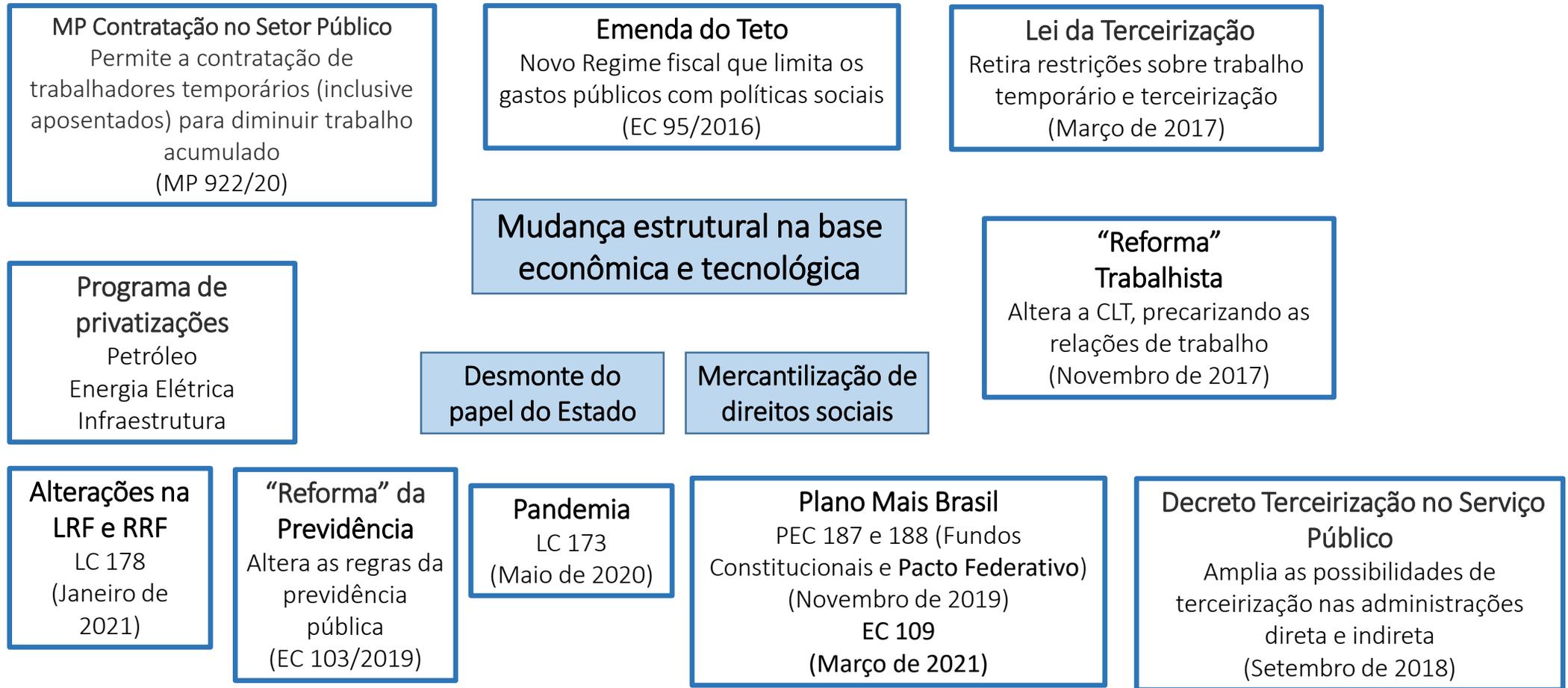
**Regime de Recuperação Fiscal**  
Institui regras para o controle dos gastos e privatizações nos estados em troca da postergação do pagamento da dívida

**Lei da Terceirização**  
Retira restrições sobre trabalho temporário e terceirização (Março de 2017)

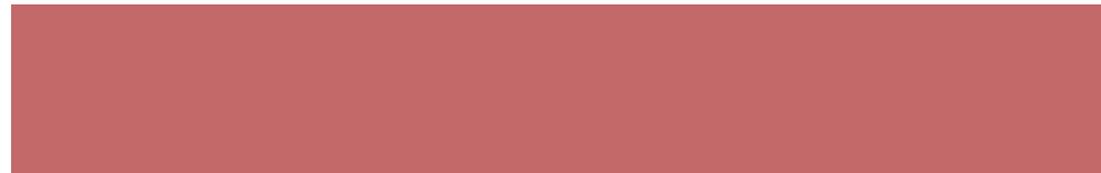
“Reforma”  
**Trabalhista**  
Altera a CLT, precarizando as relações de trabalho (Novembro de 2017)

**Decreto Terceirização no Serviço Público**  
Amplia as possibilidades de terceirização nas administrações direta e indireta (Setembro de 2018)

# A PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA SE INSCREVE NUM CONTEXTO COM PROJETO EXPLÍCITO DE DESMONTE DO ESTADO (Alterações mais relacionadas ao setor público)



# **Brasil – Direitos sociais previstos na Constituição Federal**



# BRASIL

## DIREITOS SOCIAIS



### CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988

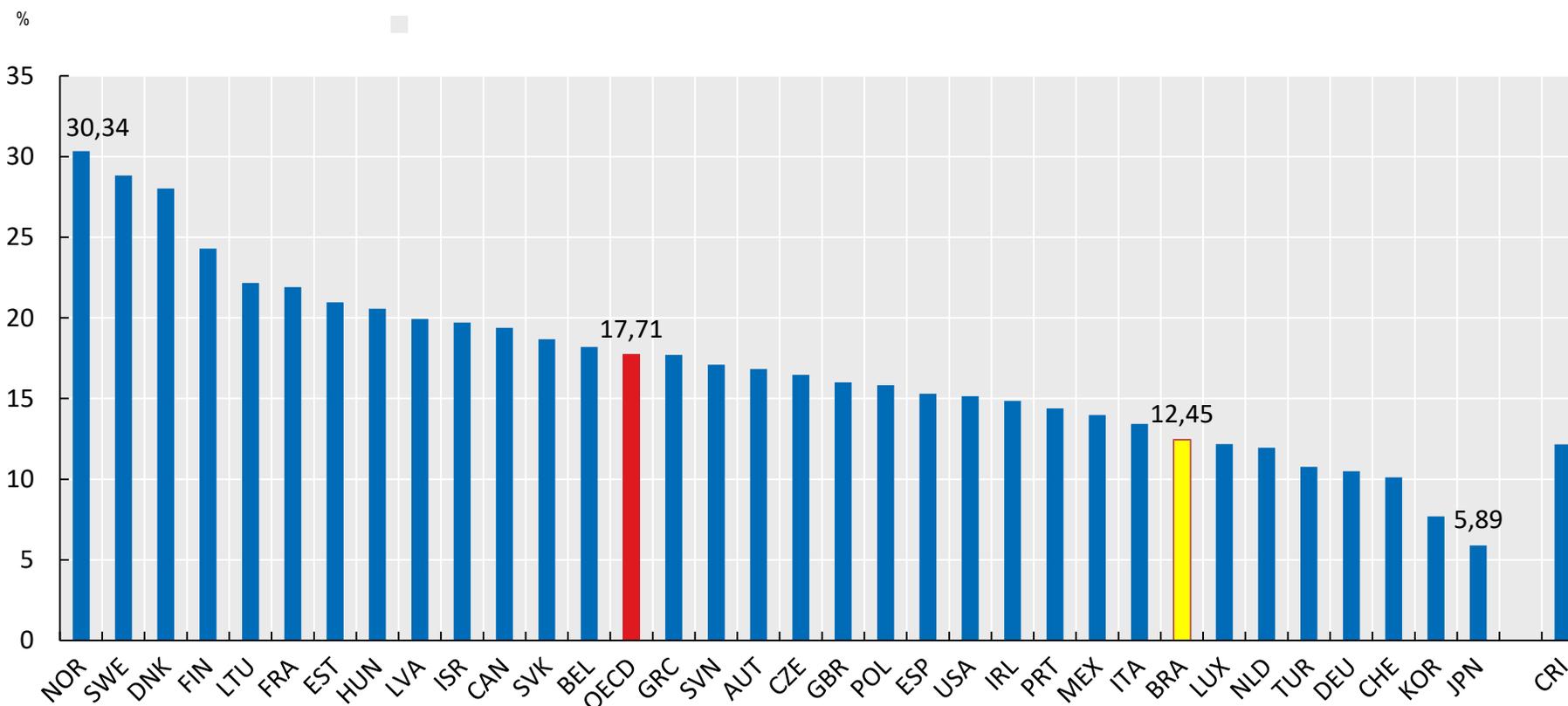
Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

# **COMPOSIÇÃO DO FUNCIONALISMO (3 esferas) -**

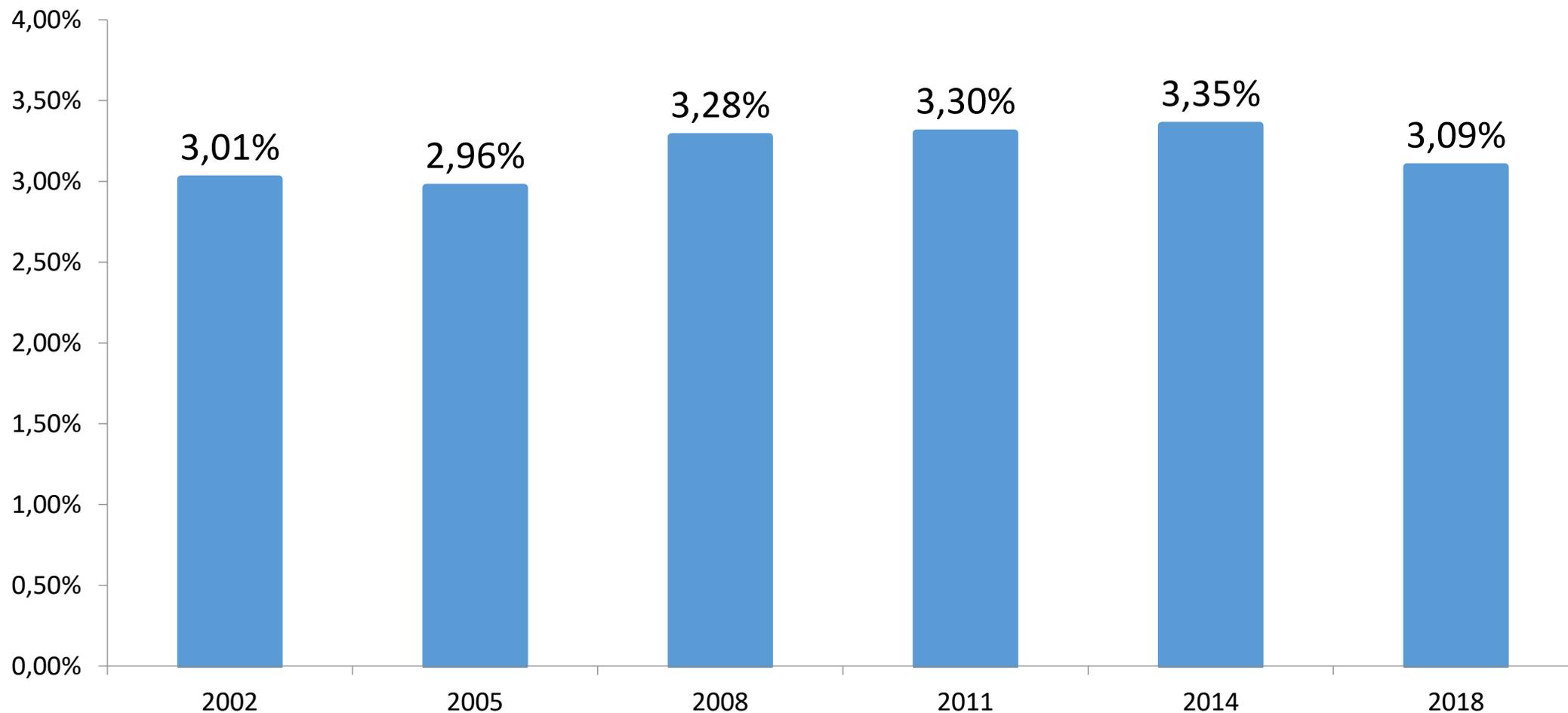


# EMPREGO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS EMPREGOS, 2017 (EM %)

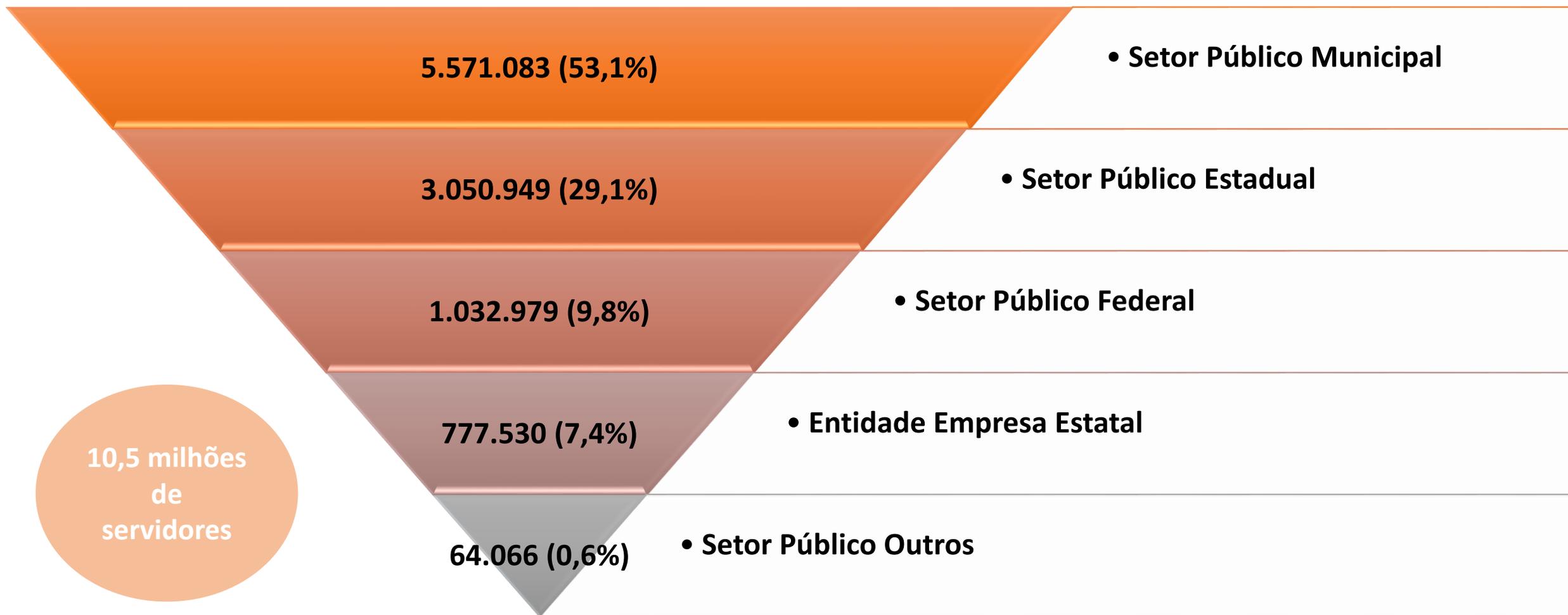
- O número de servidores brasileiros está abaixo da média dos países desenvolvidos (OCDE, 2019)



# PROPORÇÃO DE SERVIDORES ESTATUTÁRIOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO - BRASIL - ANOS SELECIONADOS

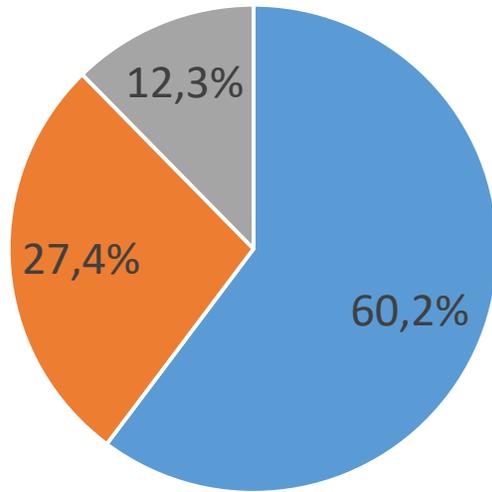


# NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS SEGUNDO NATUREZA JURÍDICA - BRASIL

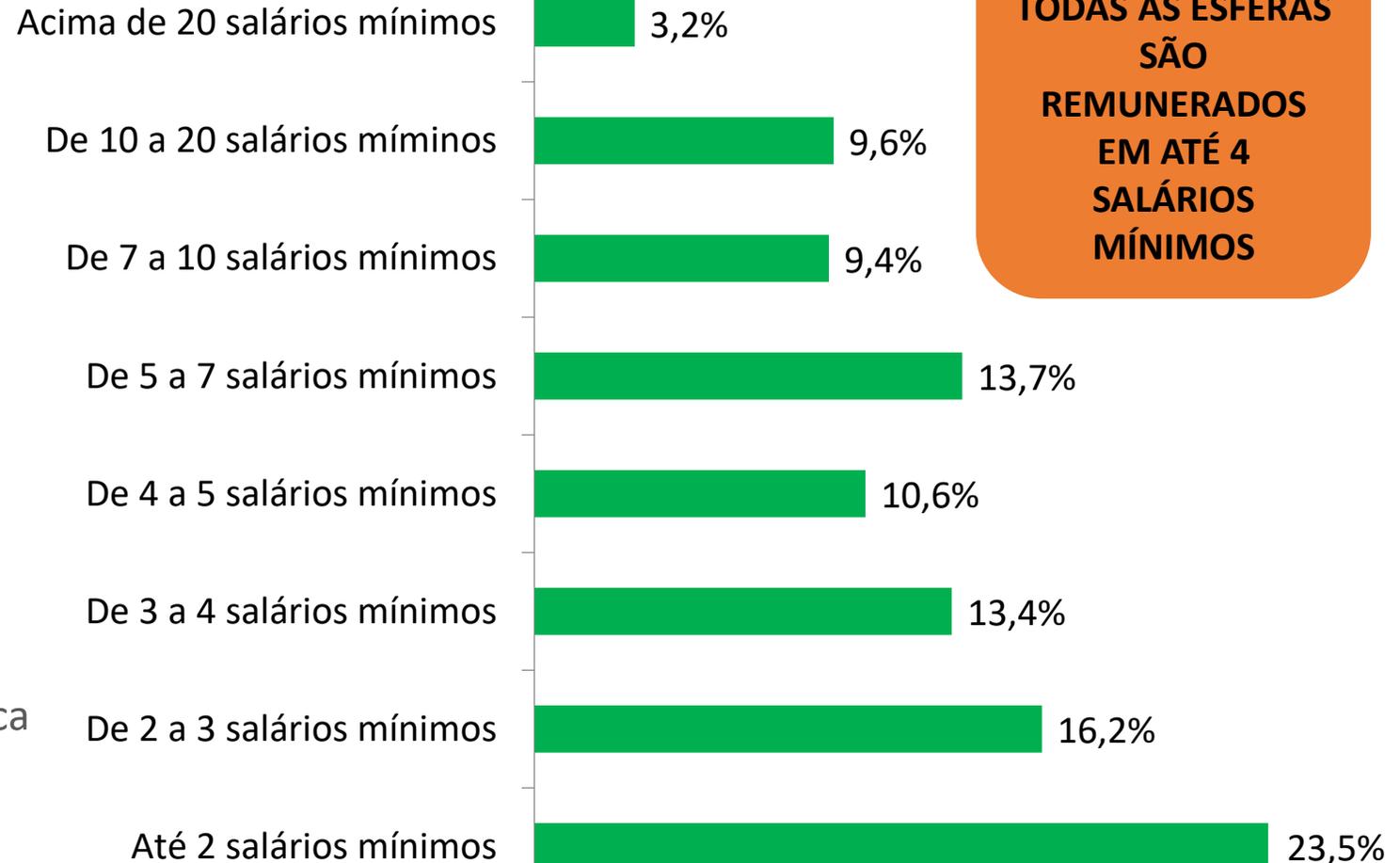


# DISTRIBUIÇÃO DOS VÍNCULOS DOS SERVIDORES POR FAIXAS DE REMUNERAÇÃO E POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO, BRASIL 2018.

**39,8% DOS VÍNCULOS EM TODAS AS ESFERAS SÃO PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE**



- Demais Servidores
- Profissionais da Educação Básica
- Profissionais da Saúde



**53,1% DOS VÍNCULOS EM TODAS AS ESFERAS SÃO REMUNERADOS EM ATÉ 4 SALÁRIOS MÍNIMOS**

# **REFORMA ADMINISTRATIVA: ALGUNS PONTOS PARA O DEBATE**



# NEGOCIAÇÃO COLETIVA E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

## Fragmentação da base sindical

Terceirização + instrumentos de cooperação + contratos atípicos + substituição de grevistas

- Pulveriza a representação

- reduz a capacidade de ação coletiva

- Sem data base e com direito a greve restritiva

**Sindicatos enfraquecidos** (Maior dificuldade de criação de uma identidade comum pressuposto para uma ação coletiva)

# PONTOS PARA O DEBATE

## ESTABILIDADE

- A estabilidade – longe de ser um privilégio dos servidores – garante a continuidade dos serviços públicos independente das mudanças político-partidárias de governo.
- A retirada ou flexibilização deste estatuto da Constituição dá margem para a corrupção, com utilização da máquina pública para fins particulares, e não para o atendimento das demandas sociais.

## IMPESSOALIDADE

- Ao retirar o concurso público como forma predominante de ingresso no setor público, há sérias ameaças ao princípio da “impeessoalidade”.
- Serviços públicos mais sujeitos à discricionariedade do Executivo, que pode lotear o poder público com seus apadrinhados e retirar aqueles que o criticam, em detrimento da qualidade e da continuidade do serviço público.

# PONTOS PARA O DEBATE

## PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

- O papel subsidiário do Estado pode levar a uma série de privatizações dos serviços até então considerados públicos. Os instrumentos de cooperação permitem que os trabalhadores sejam contratados por empresas privada para prestar serviços públicos, utilizando da infraestrutura governamental, rompendo assim com a divisão entre o público e o privado.
- Em diversos estados, a experiência com as Organizações Sociais (OSs), por exemplo, muitas das quais cercadas de irregularidades e vultosos desvios financeiros já comprovados, tem se mostrado pouco eficientes com elevado custo ao erário, pouca (ou nenhuma) transparência, e oferecendo um serviço de baixa qualidade para a população.
- O acesso a serviços públicos gratuitos, universais e de qualidade ficará cada vez mais restrito, em caso de aprovação desta PEC.

## A REFORMA ESTÁ SENDO PENSADA EM ETAPAS

- Quais as próximas etapas ou quais os próximos passos em termos de legislação o governo pode querer impor à sociedade?